



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

PORTARIA NORMATIVA Nº 06, DE 30 DE ABRIL DE 2024.

“Dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT), e dá outras providências.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT, no uso de suas atribuições legais e institucionais, que lhe confere o art. 35, inciso III da Lei 12.378/2010, art. 151, parágrafo XLV e art. 152 do Regimento Interno;

Considerando a Resolução CAU/BR nº 238, de 16 de junho de 2023, que “dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências.”

Considerando o relatório e voto fundamentado do relator Enodes Soares Ferreira, devidamente aprovado pela Deliberação nº 337/2024 – CAF – CAU/MT, de 18 de abril de 2024 e Deliberação Plenária DPOMT nº 0147-05/2024 – PLEN – CAU/MT, de 29 de abril de 2024.

RESOLVE:

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso responderão, nas respectivas administrações, pelas despesas relacionadas com deslocamento e manutenção de pessoas a serviço das autarquias do CAU, no território nacional ou no exterior, observados os termos desta Portaria, compreendendo as despesas obrigatórias e as condicionadas.

§ 1º As despesas obrigatórias são aquelas necessárias ao cumprimento das obrigações mínimas do conselho, sendo elas:

I – diárias;

II – passagens;

III – reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado; e

IV – auxílio embarque e desembarque.

§ 2º Fica estabelecido a despesa condicionada não obrigatória, instituída pelo Plenário do CAU/MT, quando houver disponibilidade orçamentária que tenha origem nos recursos especificados no inciso I, do art. 37, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, sendo:

I – reembolso das despesas de deslocamento.



§ 3º Todas as despesas relacionadas com deslocamento e manutenção de pessoas a serviço das autarquias do CAU estão vinculados a este normativos, bem como aos planos de ação e orçamento do CAU/MT, para cumprir a sua finalidade legal e regimental.

§ 4º Para os fins desta Portaria consideram-se:

I – atividades do conselho: reuniões, eventos, representações, treinamentos e outras atividades institucionais promovidas ou custeadas pelas autarquias do CAU;

II – convocação: ato de solicitação de comparecimento de pessoa para participar, a serviço, de atividade do conselho;

III – convocado: pessoa a serviço, com ou sem vínculo com o conselho, com participação definida em atividade do conselho, com custeio de despesas;

IV – plano de viagem: seleção das opções de passagens e trajetos necessários, pré-selecionadas pela autarquia, para o comparecimento do convocado à atividade do conselho;

V – origem/destino: é o trecho de deslocamento entre o endereço de residência do convocado, ou outro endereço excepcionalmente indicado pelo próprio, dentro do território nacional e o local onde se realizará a atividade de interesse do conselho, e vice-versa; e

VI – pernoite: é o período compreendido entre as 18h00 de um dia até às 6h00 da manhã do dia seguinte.

§ 5º Consideram-se pessoas a serviço das autarquias do CAU para os fins desta Portaria:

I – presidentes e conselheiros;

II – representantes de entidades membros dos Colegiados de Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CEAU);

III – membros de colegiados do CAU;

IV – corpo funcional do CAU;

V – pessoas sem vínculo com o CAU, quando devidamente convocadas; e

VI – prestadores de serviço com vínculo contratual.

§ 6º As autarquias do CAU definirão os participantes de suas atividades por meio das convocações.

CAPITULO II DAS CONVOCAÇÕES

Art. 2º As convocações das pessoas mencionadas nos incisos I, II e III do § 5º do art. 1º deverão ser feitas de acordo com as regras estabelecidas no regimento interno do CAU/MT..



§ 1º Nos casos de o convocado ser arquiteto e urbanista, somente será efetivada a sua convocação se este possuir registro ativo no CAU, estiver em dia com suas obrigações para com o CAU e não estiver cumprindo sentença ético-disciplinar.

§ 2º Excepcionalmente, os profissionais arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros, habilitados e atuantes fora do território nacional, testemunhas ou partes em processos administrativos ou judiciais, poderão ser convocados, mesmo que não atendam aos requisitos estabelecidos no § 1º.

Art. 3º Os integrantes do corpo funcional do CAU serão designados pela respectiva chefia para a participação nas atividades do conselho, na forma dos normativos internos do CAU/MT.

CAPITULO III DO PLANO DE VIAGEM

Art. 4º Após a manifestação do convocado sobre sua participação, o setor competente do CAU/MT emitirá um plano de viagem contendo as opções de horários e trajetos, ficando sob responsabilidade do convocado a escolha da alternativa, dentre as apresentadas pelo setor competente, considerando a minimização de desgaste físico excessivo, os impedimentos profissionais e/ou pessoais, justificados, e os custos de passagem.

§ 1º Compreende-se como fator de desgaste físico excessivo:

I – os horários de partida antes das 9h00 e de chegada, no município de retorno ou na região metropolitana, quando existente, após as 22h00, considerados os horários locais, para todos os modais de transporte;

II – os períodos de escalas e conexões domésticas que, quando somados, excedam 4 (quatro) horas; e

III – as situações relacionadas a condições médicas, físicas ou de acessibilidade, devidamente justificadas.

§ 2º Poderá ser adquirida passagem em classe executiva, quando autorizada pelo Conselho Diretor, se existente e homologada pela Presidência, nos casos em que o deslocamento em classe econômica, em razão de limitação funcional e de condições de acessibilidade do transporte, declaradas pela pessoa convocada, lhe impuserem ônus desproporcional e indevido.

§ 3º O prazo para confirmação do plano de viagem pelo convocado é de no máximo 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do plano de viagem para a atividade designada.

§ 4º Caso não haja confirmação tempestiva, não serão emitidas as passagens e o respectivo suplente de conselheiro, quando houver, poderá ser convocado para a atividade.

§ 5º O prazo previsto no § 3º deste artigo não se aplica a convocações para reuniões extraordinárias, eventos ou missões cuja participação CAU/MT tenha sido deliberada em prazo inferior.

CAPÍTULO IV DAS PASSAGENS DE TRANSPORTE



Art. 5º As passagens de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário ou aquaviário, ou a combinação dessas, juntamente com as respectivas taxas de embarque, serão fornecidas com vista a atender às demandas de deslocamento do local de origem do convocado até o local da atividade do conselho e retorno ao local de origem.

Parágrafo único. Caso seja solicitado, pelo convocado, o embarque ou desembarque em localidades diversas da origem ou destino registrados no respectivo conselho, o convocado deverá arcar com a diferença de valores de tarifas, caso haja.

Art. 6º A emissão de passagens será realizada somente após a confirmação do plano de viagem estabelecido no art. 4º desta Portaria.

Parágrafo único. Toda comunicação deverá ser feita por e-mail ou por ferramenta administrativa disponibilizada pela respectiva autarquia.

Art. 7º Poderá ser adquirida, juntamente com a passagem, conforme o caso, a franquia de 1 (uma) bagagem por trecho, observadas as restrições de peso ou volume impostas pela companhia aérea e atendidos os seguintes critérios:

I – que a solicitação de despacho da bagagem seja feita por ocasião da confirmação do plano de viagem; e

II – que a categoria tarifária do bilhete não contemple originalmente a franquia de 1 (uma) bagagem por trecho.

§ 1º O convocado poderá solicitar o reembolso com despesas de bagagem quando excedida a franquia de peso ou volume, bem como quantidade de bagagem, por motivo de necessidade do serviço, desde que devidamente comprovado.

§ 2º É obrigação do convocado verificar as restrições de peso, dimensões e conteúdo de suas bagagens, não sendo objeto de ressarcimento quaisquer custos incorridos pela inobservância às regras da companhia de transporte.

§ 3º Não se aplicam as restrições deste artigo às bagagens que envolvam o transporte de bens, produtos e materiais vinculados aos motivos do deslocamento, caso em que o conselho arcará com os respectivos custos.

Art. 8º A pedido do convocado, as passagens a serem utilizadas poderão ter seus horários e datas antecipados e/ou retardados, respeitando-se o seguinte:

I – salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, nos casos em que haja acréscimo nos valores das passagens, o convocado deverá pagar, diretamente à autarquia responsável pela emissão das passagens, os valores despendidos a maior em face das alterações na programação;

II – salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, não haverá pagamento de diárias no período da antecipação ou da prorrogação da viagem; ou

III – caso a antecipação da viagem de retorno, por motivo pessoal, ocorra antes do período coberto pela diária, deverão ser devolvidos, ao CAU/MT, os valores recebidos e que deixaram de corresponder aos dias de afastamento a serviço.



Parágrafo único. O convocado assumirá inteira responsabilidade por quaisquer fatos que venham a ocorrer no período da antecipação ou da prorrogação da viagem, isentando o conselho responsável pela emissão das passagens de tais responsabilidades.

Art. 9º A autarquia custeará qualquer alteração de passagem já emitida somente nos casos de estrito interesse público, devidamente motivado.

CAPÍTULO V

DO REEMBOLSO POR DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO OU ALUGADO

Art. 10. Em substituição à emissão de passagens previstas no art. 5º, e quando houver solicitação nesse sentido formalizada pelo convocado, poderá ser concedido reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado.

§ 1º O deslocamento com a utilização de veículo próprio ou alugado se dará no interesse exclusivo do convocado, arcando este com todos os ônus de eventuais multas, acidentes ou avarias no percurso.

§ 2º O reembolso será calculado por quilômetro rodado na rota rodoviária de menor percurso e boas condições de tráfego, com base em informações prestadas por órgãos oficiais, aplicativos ou sites com mapas georreferenciados, considerados os trajetos origem/destino total, juntamente com as tarifas de pedágio, estas mediante apresentação de comprovante.

§ 3º O reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado se dará no limite do valor equivalente ao preço do bilhete aéreo mais vantajoso para a Administração, devidamente cotado e disponível no momento da solicitação, prevalecendo o que for menor.

§ 4º Não havendo transporte aéreo entre a origem e o destino do convocado, o deslocamento será calculado com base no disposto no § 2º.

§ 5º Para fins de comprovação, o convocado que utilizar de veículo próprio ou alugado deverá apresentar, sob pena de ser exigida a devolução do valor recebido a título de reembolso, uma das seguintes opções:

I – relatório de viagem; ou

II – comprovação da presença em evento ou atividade para que foi convocado.

§ 6º É vedado o pagamento de reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado quando o deslocamento do convocado se der dentro do município em que tenha domicílio.

Art. 11. Os valores do reembolso de que trata o art. 10 serão fixados, conforme o caso, pelo Plenário do pelo Plenário dos CAU/mt, para vigorarem no âmbito das respectivas administrações e corresponderão ao limite máximo constante no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O valor referente ao preço médio do litro da gasolina, conforme site da Agência Nacional de Petróleo (ANP), deverá ser atualizado a cada 2 (dois) meses.

CAPÍTULO VI

**DAS DIÁRIAS**

Art. 12. As diárias se destinam a indenizar as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana no local de atividade do conselho, segundo critérios estabelecidos nesta Portaria, sendo devida uma diária para cada dia de afastamento fora da sede ou da região metropolitana do domicílio do convocado.

§ 1º Será também devido o pagamento de diária quando o pernoite ocorrer durante o deslocamento, tanto nacionais, quanto internacionais, nos casos em que houver a comprovação de despesa de hospedagem.

§ 2º O convocado fará jus à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I – quando houver deslocamento que extrapole os limites do município, ou da região metropolitana, quando existente, de seu domicílio, mas o afastamento não exigir pernoite;

II – quando o CAU/MT ou a entidade ou organismo responsável pelas atividades custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem ou alimentação; ou

III – no dia do retorno ao domicílio.

§ 3º O período considerado como afastamento compreende o intervalo entre os dias de partida e de chegada na origem ou, conforme o caso, em outro destino, em atendimento ao plano de viagem.

Art. 13. Ressalvados os casos do § 1º do art. 7º, cujo pagamento poderá ocorrer posteriormente, o adiantamento do valor das diárias será creditado em conta corrente ou poupança de titularidade da pessoa convocada, ou por meio de ordem de pagamento, até 1 (um) dia útil antes do início do deslocamento nacional e até 5 (cinco) dias úteis nos casos de deslocamento para o exterior.

§ 1º Quando o convocado confirmar sua participação ou plano de viagem depois de expirados os prazos previstos nesta Portaria, o pagamento será feito conforme o calendário de pagamentos da tesouraria do CAU/MT.

§ 2º Não haverá pagamento adicional de diárias caso a pessoa convocada participe de mais de um evento das autarquias do CAU, ainda que em locais distintos no mesmo dia.

Art. 14. Quando houver indisponibilidade de voos diretos para deslocamentos internacionais, incorrendo eventualmente a necessidade de pernoite no Brasil, o valor da diária corresponderá ao valor de diária nacional.

Art. 15. A pessoa convocada não fará jus a diárias:

I – na hipótese de retardamento da viagem motivada pela empresa transportadora, salvo nos casos em que essa não se responsabilize, segundo a legislação aplicável, pelo fornecimento de hospedagem, alimentação e transporte;

II – quando solicitar adiantamento ou postergação do período da viagem por interesse próprio;

III – quando a atividade do conselho ocorrer no município ou na região metropolitana, quando existente, do domicílio da pessoa a serviço; e



IV – quando detectada a ocorrência de pagamentos contínuos que caracterizem remuneração ou retribuição pelo exercício de atividade.

Art. 16. Na hipótese de o convocado receber ajuda de custo para hospedagem e alimentação de outro órgão ou entidade pública ou privada, as autarquias do CAU pagarão somente as diárias correspondentes ao período não coberto pela ajuda de custo recebida, mediante justificativa, no momento da convocação, do interesse da autarquia na ampliação da permanência do convocado em período de tempo maior.

Art. 17. Por critérios de economicidade e vantajosidade para o CAU, poderão ser pagas diárias para convocados que participarem de duas ou mais atividades subsequentes da autarquia, em dias não consecutivos, que permanecerem no local das atividades.

Parágrafo único. A economicidade e vantajosidade previstas no *caput* deste artigo serão calculadas comparando os custos de deslocamento com as eventuais diárias a serem pagas, bem como o desgaste físico.

Art. 18. As diárias internacionais serão calculadas em dólares americanos, nos termos dos valores constantes do Anexo I desta Portaria.

§ 1º O pagamento das diárias internacionais será efetuado em moeda nacional e terá o valor convertido pela taxa de câmbio turismo, estabelecido pelo Banco Central do Brasil, do dia do agendamento do pagamento, observado o estabelecido no *caput*.

§ 2º Caberá ao convocado proceder à aquisição da moeda estrangeira em estabelecimento de sua escolha, credenciado e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Art. 19. O convocado poderá recusar o recebimento de diárias, passagem ou outro auxílio previsto nesta Portaria, sendo que a recusa deve ser devidamente registrada, sem a necessidade de motivação administrativa.

Art. 20. O Plenário do CAU/MT fixou os valores das diárias a serem praticados na administração, respeitado o estabelecido no Anexo I desta Portaria, sendo vedado o pagamento sem a devida e correspondente dotação orçamentária e financeira.

CAPÍTULO VII DO AUXÍLIO EMBARQUE E DESEMBARQUE

Art. 21. Será concedido às pessoas a serviço, mediante convocação, pagamento de auxílio embarque e desembarque nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento do domicílio até o local de embarque, e do local de desembarque até o local de trabalho do conselho ou de hospedagem, e vice-versa, no caso de viagens nacionais.

§ 1º O auxílio embarque e desembarque será pago uma única vez, por localidade de destino.

§ 2º É vedado o pagamento cumulativo para atividades que ocorram no mesmo dia.

§ 3º O Plenário do CAU/MT fixou os valores do auxílio embarque e desembarque a serem praticados na respectiva autarquia, respeitado o estabelecido no Anexo I desta Portaria.



§ 4º Não será devido o auxílio embarque e desembarque nos casos em que sejam aplicadas as disposições do art. 10 desta Portaria.

CAPÍTULO VIII DO REEMBOLSO DAS DESPESAS DE DESLOCAMENTO

Art. 22. Poderão ser concedidos reembolsos das despesas de deslocamento às pessoas que não tenham relação jurídica institucional ou funcional com o CAU/MT e que sejam requisitadas para a prestação de serviços, fora de seus domicílios, em razão de contrato de prestação de serviços, observadas as seguintes regras:

I – as passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias ou aquaviárias serão adquiridas pelo contratado, que deverá fazê-lo com observância ao princípio de economicidade, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições dos artigos 7º e 9º desta Portaria:

II – as despesas com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção serão reembolsadas mediante a apresentação dos respectivos comprovantes; e

III – os reembolsos serão solicitados pelo contratado, com a apresentação de relatório de viagem em que constem as informações relativas ao período de duração do deslocamento a serviço, as justificativas das despesas realizadas e os respectivos documentos fiscais comprobatórios.

Art. 23. Excepcionalmente, nos casos em que couberem os pagamentos de diárias, passagens e outras verbas, poderão ser concedidos reembolsos de hospedagem, passagem e alimentação aos convocados, quando:

I – o pernoite for imprescindível e imprevisível durante o deslocamento, tanto nacional, quanto internacional;

II – a alteração do meio e/ou horário do transporte seja ocasionado por força maior; e

III – quando a autarquia se encontrar impossibilitada de aquisição de passagem, sendo o motivo devidamente justificado.

§ 1º A necessidade de pernoite, de alteração do meio e/ou horário do transporte, ou ambos, deverá ser devidamente justificada.

§ 2º As despesas de locomoção serão reembolsadas mediante a apresentação dos respectivos comprovantes e aprovação pelo ordenador de despesas da autarquia.

Art. 24. Não serão reembolsados valores despendidos com bebidas alcoólicas e produtos para fumantes.

Art. 25. O Plenário do CAU/BR fixou o valor para reembolso diário para alimentação, hospedagem e locomoção urbana, a ser praticado na autarquia, estabelecido no Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO IX DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS



Art. 26. As pessoas convocadas, quando se deslocarem a serviço, ficam obrigadas à prestação de contas, mediante a apresentação de:

I – comprovantes de embarque ou de uso dos transportes aéreo, rodoviário, ferroviário ou aquaviário, exclusivamente por meio de e-mail ou ferramenta administrativa disponibilizada pela respectiva autarquia, ou comprovação do deslocamento em veículo próprio ou alugado, conforme § 5º do art. 10;

II – comprovação de presença na atividade do conselho por meio de lista assinada pelo convocado, certificados ou atestados de participação, para os casos de atividades em locais diversos da sede da autarquia; e

III – comprovação da restituição dos valores recebidos em excesso, se for o caso.

Parágrafo único. O convocado com vínculo institucional ou funcional com o CAU, que participar, por designação, de reuniões, eventos, representações, treinamentos e outras atividades institucionais promovidos ou custeados por órgãos ou entidades externas, deverá apresentar, além dos documentos anteriores, o relatório de participação, com descrição sucinta das atividades executadas.

Art. 27. As prestações de contas dos deslocamentos a serviço deverão ser apresentadas ao setor responsável em cada autarquia em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da viagem.

§ 1º A pessoa em débito com qualquer prestação de contas de viagem ou diferença de pagamento motivada por alteração de tarifa de passagem não poderá ser convocada para novas atividades do conselho, até que haja a quitação.

§ 2º No caso de ocorrência de inadimplência de prestação de contas por parte de conselheiros do CAU/MT, serão convocados os respectivos suplentes, enquanto persistir a pendência.

§ 3º Os valores antecipados para o custeio da viagem serão considerados como débito, promovendo-se a cobrança administrativa ou judicial em caso de recusa de pagamento no prazo estabelecido nesta Portaria.

§ 4º Sendo o devedor empregado ou prestador de serviços, os valores em débitos serão descontados dos salários ou dos créditos a que tenha direito, de uma só vez ou em parcelas quando o valor do salário ou dos créditos forem insuficientes para a integral quitação.

§ 5º Não sendo o devedor empregado ou prestador de serviço e na impossibilidade do pagamento de forma integral, por motivo de força maior, é facultado ao devedor solicitar o parcelamento do débito, mediante requerimento ao CAU/MT, que estabelecerá os critérios de negociação.

CAPÍTULO X

DA RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS DECORRENTES DE DIÁRIAS E PASSAGENS NÃO UTILIZADAS (“NO SHOW”) OU COM ACRÉSCIMO TARIFÁRIO POR MOTIVOS PARTICULARES

Art. 28. Deverão ser devolvidos no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da notificação de devolução:



- I – os encargos decorrentes de remarcação de passagem ou de multa decorrente de “no show”;
- II – o reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado, bem como o auxílio embarque e desembarque, quando não realizado esse deslocamento; e
- III – as diárias, as indenizações, os auxílios de representação e os auxílios embarque e desembarque não utilizados ou aqueles creditados fora das hipóteses previstas nesta Portaria, recebidas em excesso ou indevidamente.

§ 1º Quando a viagem, por determinação da respectiva autarquia, for cancelada ou adiada sem previsão de nova data, a pessoa convocada devolverá as diárias recebidas em sua totalidade no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação de devolução.

§ 2º Sem prejuízo da adoção das providências para desconto ou cobrança dos valores devidos, conforme o caso, até que seja sanada a pendência, não haverá nova convocação para viagem do interessado que não tenha efetuado a restituição prevista neste artigo.

§ 3º A restituição dos valores recebidos a título de diárias internacionais deverá ser realizada em moeda brasileira, no mesmo valor recebido.

§ 4º Até que sejam sanadas as situações impeditivas previstas neste artigo, em se tratando de conselheiros do CAU/MT, serão convocados os respectivos suplentes, enquanto persistir a inadimplência.

Art. 29. As despesas adicionais incorridas pelo CAU/MT em relação à remarcação de passagem ou correspondente à multa pela não utilização da passagem não serão cobradas do convocado quando devidamente justificado ou comprovado o motivo que deu causa ao fato, mediante autorização do gestor responsável em cada autarquia, nas seguintes condições:

- I – por motivo de doença de cônjuge, companheiro, ascendentes e descendentes, madrasta ou padrasto, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;
- II – falecimento de quaisquer das pessoas relacionadas no inciso I antecedente;
- III – impedimento de locomoção no trajeto até o local de embarque; e
- IV – caso fortuito ou força maior, devidamente comunicado ao setor de passagens.

Art. 30. Excepcionalmente, não haverá devolução de diárias, auxílio de representação e auxílio traslado, nos casos comprovados de sinistros, atendimento de urgência e emergência à saúde, de segurança pessoal e motivos de força maior, devidamente deliberados pelos respectivos plenários.

Parágrafo único. O prazo para o convocado apresentar justificativa ou comprovante, conforme estabelecido no *caput* deste artigo, será de até 10 (dez) dias corridos a partir da data de término da atividade.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Com exceção de diárias, passagens, reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado e auxílio embarque e desembarque, somente poderão ser instituídas as demais despesas relacionadas com deslocamento e manutenção de pessoas a serviço das autarquias do CAU,



quando houver disponibilidade orçamentária que tenha origem nos recursos especificados no inciso I, do art. 37, da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 32. Região metropolitana é aquela que foi regulamentada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em ato próprio, contendo seus municípios integrantes, na forma do art. 25, § 3º da Constituição Federal.

Art. 33. Nos casos de instrução administrativa de processos redistribuídos, o CAU/UF que deu origem ao impedimento deverá custear as despesas com transporte e diárias quando o interessado tiver que exercer os direitos processuais inerentes ao contraditório e ampla defesa e o trâmite do processo se der fora da Unidade da Federação de domicílio.

Art. 34. É vedada a normatização pelo CAU/MT de auxílios ou indenizações de forma diversa das previstas nesta Portaria e na Resolução CAU/BR n.º 238/2023.

§ 1º A concessão de auxílios, reembolsos, diárias, passagens ou indenizações diversos dos previsto nesta Portaria, acarretará responsabilidade dos gestores e dos agentes que derem causa ou autorizarem o procedimento.

§ 2º A responsabilidade de que trata este artigo incluirá a obrigatoriedade solidária, dos gestores e agentes responsáveis pelo fato, de ressarcir o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso dos prejuízos financeiros acarretados.

Art. 35. O CAU/MT poderá, por meio de Deliberação Plenária, aprovar alterações nos valores constantes no Anexo I, conforme índices econômicos reconhecidos pela Administração Pública federal.

Art. 36. Os Plenário do CAU/MT fixou os valores das indenizações a serem praticados Na autarquia, respeitado o estabelecido no Anexo I desta Portaria, sendo vedado o pagamento sem a devida dotação orçamentária e financeira.

Art. 37. É vedado o pagamento de despesas relacionadas com deslocamento e manutenção de pessoas a serviço das autarquias do CAU, descritas nos incisos I, II, III e IV do § 1º e IV do § 2º do art. 1º, aos convocados, conselheiros eleitos, titulares e suplentes de conselheiro, que alterarem seu colégio eleitoral após a data de registro de candidatura.

Parágrafo único. Aos conselheiros e suplentes de conselheiros citados no *caput*, serão garantidas as suas participações remotas em reuniões e eventos de interesse da autarquia.

Art. 38. O convocado poderá optar pelo não recebimento de qualquer uma das verbas indenizatórias constantes nesta Portaria.

Art. 40. Aprovar os modelos de documentos abaixo mencionados;

- I - Plano de viagem (anexo II – uso obrigatório);
- II - Solicitação de reembolso das despesas com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção (anexo III e uso não obrigatório);
- III - Relatório de participação (anexo IV e uso obrigatório);
- IV - Pedido para alteração do voo (anexo V e uso não obrigatório).

Art. 41. Revoga-se as disposições em contrário



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

Art. 47. Esta Portaria entra em vigor nesta data;

Cuiabá, 30 de abril de 2024.

Elisângela Fernandes Bokorni

Presidente do CAU/MT

**CAU/MT**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso**PORTARIA NORMATIVA Nº 06, DE 30 DE ABRIL DE 2024.****ANEXO I****TABELA DE VALORES**

TIPO DE INDENIZAÇÃO	VALOR LIMITE
Reembolso para deslocamento em veículo próprio ou alugado – por km rodado	R\$ 1,07 + 10,00% do valor médio do litro da gasolina conforme site da ANP.
Diária para deslocamento no território nacional:	R\$ 800,00
Diária para deslocamento no estado de Mato Grosso:	R\$ 540,00
Diária para deslocamento no exterior: América do Sul e Central	US\$ 350,00
Diária para deslocamento no exterior: demais países	US\$ 500,00
Auxílio embarque e desembarque	R\$ 150,00
Reembolso das despesas de deslocamento – alimentação, hospedagem e locomoção urbana	R\$ 810,00



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

ANEXO II – PLANO DE VIAGEM



Prezado convocado,

Considerando que a [Presidência do CAU/MT/ Comissão de [nome]/ do Plenário do CAU/MT/ do Conselho Diretor] autorizou sua participação no(a) [nome do evento], que ocorrerá nos dias [informar dias], em [informar cidade], com centro de custo da [setor do cento do custo].

Assim sendo, o CAU apresenta o plano de viagem (anexo), contendo as opções de horários e trajetos, que é de responsabilidade do convocado a escolha da alternativa, devendo ser confirmado no prazo máximo de **[verificar com a empresa contrato o prazo para confirmação, sem que haja alteração nos valores]**. A não confirmação no prazo estabelecido implicará na ausência de emissão da passagem, podendo ser convocado novo conselheiro para a atividade em questão.

Ressaltamos que as informações supracitadas foram apresentadas considerando a minimização de desgaste físico excessivo, os impedimentos profissionais e/ou pessoais, justificados, e os custos de passagem.

Para tanto, compreende-se como desgaste físico excessivo o que segue:

"I - Os horários de partida antes das 9h00 e de chegada, no município de retorno ou na região metropolitana, quando existente, após as 22h00, considerados os horários locais, para todos os modais de transporte;

II - os períodos de escalas e conexões domésticas que, quando somados, excedam 4 (quatro) horas; e

III - as situações relacionadas a condições médicas, físicas ou de acessibilidade, devidamente justificadas." (art. 4º da Resolução CAU/BR nº 238/2023)

Ainda sobre o exposto, esclarecemos que "é obrigação do convocado verificar as restrições de peso, dimensões e conteúdo de suas bagagens, não sendo objeto de ressarcimento quaisquer custos incorridos pela inobservância às regras da companhia de transporte."

Salientamos que o convocado deverá prestar contas (apresentar relatório de participação e comprovante de embarque, rodoviários ou outro que se enquadre na Portaria) no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da viagem. ao setor administrativo (e-mail: gerenciageral@caumt.gov.br), nos moldes da Resolução CAU/BR nº 238/2023 (cartilha anexo) e que não havendo prestação de contas de viagem ou diferença de pagamento motivada por alteração de tarifa de passagem não poderá ser convocada para novas atividades do conselho, até que haja a quitação.

Por fim, comunicamos que a escolha da alternativa dentre as apresentadas pelo setor competente é de responsabilidade do convocado, que deverá pautar suas escolhas nos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como nos princípios da razoabilidade, do interesse público e especialmente, da economicidade.

Atenciosamente,

[Nome completo do responsável pelo setor de emissão]
[Cargo] do CAU/MT



	<h2>PLANO DE VIAGEM</h2>	Código: Revisão: Vigência: 01/02/2024 Página: 01

DADOS DO CONVOCADO		
NOME		
DATA DE NASCIMENTO	CPF	
CARGO		

DADOS DO EVENTO E JUSTIFICATIVA	
NOME DO EVENTO: LOCAL: DATA DE INÍCIO: HORÁRIO: DATA DE TÉRMINO: HORÁRIO:	JUSTIFICATIVA DA VIAGEM:
CONVOCADOS:	COMISSÃO/ SETOR DA AUTORIZAÇÃO: <input type="checkbox"/> Presidência; <input type="checkbox"/> Deliberação da Comissão; <input type="checkbox"/> Deliberação do Conselho Diretor. CENTRO DE CUSTO: _____ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL PARA AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE: _____

INFORMAÇÕES DA VIAGEM				
Deslocamento do local de origem				
Retorno ao local de origem:				

MEIO DE TRANSPORTE			
MEIO DE TRANSPORTE	Despacho de bagagem	OUTRAS INFORMAÇÕES	Motivo:
<input type="checkbox"/> Aéreo;		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
<input type="checkbox"/> Rodoviário;			
<input type="checkbox"/> Ferrovitário;			
<input type="checkbox"/> Aquaviário;			
<input type="checkbox"/> Automóvel do CAU/MT;	Km inicial:		Km final:
<input type="checkbox"/> Automóvel próprio ou alugado:	Km inicial:		Km final:
Justificativa para utilização do meio de transporte:			

OPÇÕES DE HORÁRIO E TRAJETOS
<p>As opções de horários e trajeto foram realizadas por este setor considerando a minimização de desgaste físico excessivo, os impedimentos profissionais e/ou pessoais, justificados, e os custos de passagem elencados na Portaria Normativa CAU/MT nº XX.</p>



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

ANEXO III – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO



Cuiabá, 15 de abril de 2024

Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

Assunto: Solicitação de reembolso das despesas com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção de [nome completo da pessoa física/empresa], sob CPF/CNPJ nº [informar cpf ou cnpj].

Prezado(a) Senhor(a),

Considerando a realização de prestação de serviços da pessoa física/ pessoa jurídica [nome completo da pessoa física/empresa], sob CPF/CNPJ nº [informar cpf ou cnpj], em [informar data], das [horário], conforme previsto no contrato de prestação de serviços nº {informar número do contrato de prestação de serviços}.

Considerando que o art. 25 ao 27 da Portaria Normativa CAU/MT nº [nº da Portaria] dispõe:

“Art. 25. Poderão ser concedidos reembolsos das despesas de deslocamento às pessoas que não tenham relação jurídica institucional ou funcional com o CAU/BR ou com o CAU/UF e que sejam requisitadas para a prestação de serviços, fora de seus domicílios, em razão de contrato de prestação de serviços, observadas as seguintes regras:

I - as passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias ou aquaviárias serão adquiridas pelo contratado, que deverá fazê-lo com observância ao princípio de economicidade, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições dos artigos 7º e 9º desta Resolução;

II - as despesas com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção serão reembolsadas mediante a apresentação dos respectivos comprovantes; e

III - os reembolsos serão solicitados pelo contratado, com a apresentação de relatório de viagem em que constem as informações relativas ao período de duração do deslocamento a serviço, as justificativas das despesas realizadas e os respectivos documentos fiscais comprobatórios.

Art. 26. Excepcionalmente, nos casos em que couberem os pagamentos de diárias, passagens e outras verbas, poderão ser concedidos reembolsos de hospedagem, passagem e alimentação aos convocados, quando:

I - o pernoite for imprescindível e imprevisível durante o deslocamento, tanto nacional, quanto internacional;

II - a alteração do meio e/ou horário do transporte seja ocasionado por força maior; e

III - quando a autarquia se encontrar impossibilitada de aquisição de passagem, sendo o motivo devidamente justificado.

§ 1º A necessidade de pernoite, de alteração do meio e/ou horário do transporte, ou ambos, deverá ser devidamente justificada.

§ 2º As despesas de locomoção serão reembolsadas mediante a apresentação dos respectivos comprovantes e aprovação pelo ordenador de despesas da autarquia.

Art. 27. Não serão reembolsados valores despendidos com bebidas alcoólicas e produtos para fumantes.”

Considerando que a Portaria Normativa citada, estabelece em seu art. xxxx o valor limite de R\$800,00 (oitocentos reais) com as despesas supracitadas.

Desta forma, solicito reembolso no valor de R\$ 000,00 (xxxxxxx reais), conforme relação abaixo e documentos em anexo a este processo de solicitação.



DOCUMENTOS FISCAIS COMPROBATÓRIO			
DATA:	FORNECEDOR/PRESTADOR	Nº DOCUMENTO (NOTA OU RECIBO):	VALOR
TOTAL A SER REEMBOLSADO			R\$ 000,00

Conforme supracitado, informo que [período de duração do deslocamento a serviço] e que as despesas supracitadas foram necessárias em virtude [justificativa das despesas realizadas].

Para tanto e tendo em vista que a prestação de serviço fora executada, assim sendo, solicito que o reembolso seja depositado na conta abaixo mencionada:

Banco			
Ag.		Conta Corrente	
Nome completo:	[a conta deve estar vinculada ao interessado]		
CPF/CNPJ:			
Pix:			

Atenciosamente,

[Nome completo]
Solicitante do reembolso no âmbito do CAU/MT



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso


ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso



	RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO	Código: Revisão: Vigência: 01/02/2024 Página: 01
DADOS DO AUTOR DO RELATÓRIO		
NOME CPF	CARGO	
DADOS DA VIAGEM		
NOME DO EVENTO: LOCAL: DATA DE INÍCIO: DATA DE TÉRMINO:	JUSTIFICATIVA DA VIAGEM:	
PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO EVENTO E RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES:		
DISCRIMINAÇÃO DA APLICABILIDADE DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DO CAU/MT, COM SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES/PROCEDIMENTOS:		
AValiação DO EVENTO		
Declaro que as informações são verdadeiras.		
Cuiabá, [dia], de [mês] de [ano].		
Nome e assinatura do responsável pelo relatório		
Anexar comprovante de participação		
DELIBERAÇÕES/AUTORIZAÇÕES ORIENTADOR DE DESPESAS		
PARECER REQUISITANTE		AUTORIZAÇÃO
Gerência Geral/Presidência	Presidência	
(assinatura/carimbo) Data: _/_/___	(assinatura/carimbo) Data: _/_/___	



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

ANEXO V – MODELO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE VOO



[Município], [dia] de [mês] de [ano].

Ao (a) Senhor (a)

[Nome completo]

Gerente Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

Assunto: Solicitação para alteração da data de retorno para [município], de [data completa abreviada] para o dia [data completa abreviada].

Prezado (a) Gerente Geral,

Considerando que a pedido do convocado, as passagens aéreas podem ter seus horários e datas retardadas, conforme art. 8º da Resolução 238, de 16 de junho de 2023, *in verbis*:

Art. 8º A pedido do convocado, as passagens a serem utilizadas poderão ter seus horários e datas antecipados e/ou retardados, respeitando-se o seguinte:

I – salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, nos casos em que haja acréscimo nos valores das passagens, o convocado deverá pagar, diretamente à autarquia responsável pela emissão das passagens, os valores despendidos a maior em face das alterações na programação;

II – salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, não haverá pagamento de diárias no período da antecipação ou da prorrogação da viagem; ou

...

Parágrafo único. O convocado assumirá inteira responsabilidade por quaisquer fatos que venham a ocorrer no período da antecipação ou da prorrogação da viagem, isentando o conselho responsável pela emissão das passagens de tais responsabilidades.

Constata-se convocação para participação da [informar nome do evento convocado], que será realizado nos dias [data do evento convocado], em [município/UF do evento convocado].

O art. 4º da Resolução supracitada estabelece:

“Art. 4º Após a manifestação do convocado sobre sua participação, o setor competente do CAU/BR ou do CAU/UF emitirá um plano de viagem contendo as opções de horários e trajetos, ficando sob responsabilidade do convocado a escolha da alternativa, dentre as apresentadas pelo setor competente, considerando a minimização de desgaste físico excessivo, os impedimentos profissionais e/ou pessoais, justificados, e os custos de passagem.

§ 1º Compreende-se como fator de desgaste físico excessivo:

I – os horários de partida antes das 9h00 e de chegada, no município de retorno ou na região metropolitana, quando existente, após as 22h00, considerados os horários locais, para todos os modais de transporte;

II – os períodos de escalas e conexões domésticas que, quando somados, excedam 4 (quatro) horas; e

...”



Diante do fato, fica evidenciado que o retorno está programado para ocorrer no dia [informar dia do retorno conforme plano de viagem], comprovado por meio do plano de viagem recebido.

Por fim, considerando que o plano de viagem apresenta os voos disponíveis e tendo em vista que o CAU/MT e os conselheiros eleitos devem pautar suas escolhas nos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como nos princípios da razoabilidade, do interesse público e especialmente, da economicidade dos atos de gestão.

PRINT DO VOO ESCOLHIDO INICIALMENTE CONFORME PLANO DE VIAGEM]

Assim sendo, solicito que seja emitido passagem (escolha abaixo) para retorno ao local de origem no dia [informar data que requer retorno], e [comprovar que haverá mesmo custo]. [Tendo em vista que a passagem possui diferença nos valores, estou ciente que arcarei com o custo adicional, a ser depositado na conta do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso.]

[PRINT DO VOO ESCOLHIDO PARA ALTERAÇÃO DE VOO]

Declaro estar ciente que não haverá pagamento de diárias do pernoite de [informar data completa dos dias que não haverá pagamento do pernoite] e declaro ainda, que assumirei inteira responsabilidade por quaisquer fatos que venham a ocorrer no período da prorrogação da viagem, isentando o conselho responsável pela emissão das passagens de tais responsabilidades.

Atenciosamente,

[Nome completo do requerente/
[Cargo] do CAU/MT